



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS VI- POETA PINTO DO MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
CONTÁBEIS**

THAYNAR GLEIDE DA SILVA FRANÇA

**O IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO DO MICROCRÉDITO OFERECIDO PELO
PROGRAMA AGROAMIGO EM ZONAS RURAIS DO ESTADO DA PARAÍBA**

**MONTEIRO
2024**

THAYNAR GLEIDE DA SILVA FRANÇA

**O IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO DO MICROCRÉDITO OFERECIDO PELO
PROGRAMA AGROAMIGO EM ZONAS RURAIS DO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Financeira.

Orientadora: Prof. Me. Isabella Christina Dantas Valentim

**MONTEIRO
2024**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

F815i Franca, Thaynar Gleide da Silva.

O impacto social e econômico do microcrédito oferecido pelo Programa Agroamigo em zonas rurais do estado da Paraíba [manuscrito] / Thaynar Gleide da Silva Franca. - 2024.

36 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2024.

"Orientação : Prof. Ma. Isabella Christina Dantas Valentim, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE".

1. Microcrédito rural. 2. Banco do Nordeste. 3. Impacto social. 4. Programa Agroamigo. I. Título

21. ed. CDD 657.863

THAYNAR GLEIDE DA SILVA FRANÇA

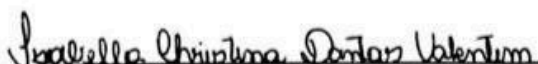
**O IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO DO MICROCRÉDITO OFERECIDO
PELO PROGRAMA AGROAMIGO EM ZONAS RURAIS DO ESTADO DA
PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento do Curso
de Ciências Contábeis da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de bacharel em
Ciências Contábeis.

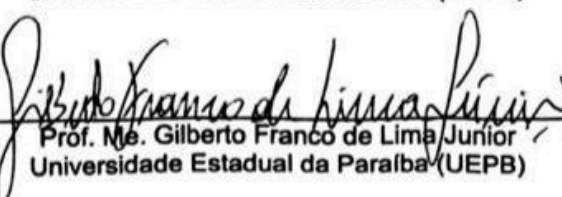
Área de concentração: Contabilidade
Financeira.

Aprovada em: 22/11/2024.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Me. Isabella Christina Dantas Valentim
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Jocykleber Meireles de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. Gilberto Franco de Lima Junior
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é identificar os impactos socioeconômicos do microcrédito oferecido pelo Programa Agroamigo do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no estado da Paraíba. Foi realizada uma abordagem qualitativa, com base em pesquisas bibliográficas. Os dados foram coletados em fontes acadêmicas, como a plataforma Google Acadêmico, além de documentos específicos relacionados ao tema, como o Plano Safra dos anos 2023 e 2024 e o Caderno Gerencial AgroAmigo de dezembro de 2021, acessados diretamente no site da instituição BNB. A análise dos dados deste estudo foi realizada utilizando o método qualitativo de análise de conteúdo. Com base nos estudos analisados, pode-se observar que o microcrédito rural, particularmente o programa Agroamigo, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico das regiões rurais do Brasil, especialmente no Nordeste. A análise concluiu que o programa tem contribuído para a redução da pobreza, a inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar, ao proporcionar acesso ao crédito para agricultores que, de outra forma, estariam excluídos do sistema financeiro tradicional. Os resultados apresentados indicam que o microcrédito oferecido pelo Programa Agroamigo (BNB) gera impactos socioeconômicos relevantes. O programa contribui para a redução da pobreza no Nordeste e, por consequência, no estado da Paraíba, embora o impacto percentual seja considerado modesto.

Palavras-chave: Microcrédito rural; Banco do Nordeste; Impacto social.

ABSTRACT

The general objective of this study is to identify the socioeconomic impacts of microcredit provided by the Agroamigo Program of Banco do Nordeste do Brasil (BNB) in the state of Paraíba. A qualitative approach was adopted, based on bibliographic research. Data were collected from academic sources, such as the Google Scholar platform, as well as specific documents related to the topic, including the 2023 and 2024 Harvest Plans and the AgroAmigo Management Report from December 2021, accessed directly from the BNB institution's website. The data analysis was conducted using the quantitative content analysis method. Based on the studies analyzed, it can be observed that rural microcredit, particularly the Agroamigo program, plays a fundamental role in the socioeconomic development of Brazil's rural regions, especially in the Northeast. The analysis concluded that the program has contributed to poverty reduction, productive inclusion, and the strengthening of family farming by providing credit access to farmers who would otherwise be excluded from the traditional financial system. The results indicate that the microcredit provided by the Agroamigo Program (BNB) generates significant socioeconomic impacts. The program contributes to poverty reduction in the Northeast and, consequently, in the state of Paraíba, although the percentage impact is considered modest.

Keywords: Rural microcredit; Banco do Nordeste; Social impact.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 Origens do Microcrédito	9
2.2 O Programa Agroamigo do Banco do Nordeste do Brasil	11
2.3 O Impacto Rural do Agroamigo nos Municípios da Paraíba	15
3 METODOLOGIA	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
4.1 Análise dos Resultados	24
4.2 Discussão dos Resultados	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

O conceito de microcrédito, de forma universal, foi criado pelo professor Yunus em 1976, em *Bangladesh* na Ásia, o qual, na época, era considerado um dos países mais pobres do mundo. Yunus observou que as pessoas pobres não obtinham acesso a crédito nos bancos comerciais para financiar seus pequenos trabalhos, levando-os a recorrer às mãos de agiotas. E, com essa única opção, pagavam juros exorbitantes (Yunus, 2006).

Observando a situação em que a população se encontrava na época, Yunus teve uma iniciativa que, anos depois, se concretizou como o primeiro banco de microcrédito. Com seu capital próprio, emprestou suas verbas para os mais necessitados, no intuito de acabar com a agiotagem local. Dado os resultados positivos – pagamento pontual dos empréstimos –, Yunus teve a ideia de montar um sistema de concessão de crédito voltado para a população mais vulnerável das zonas rurais, dando início às atividades do Banco Grameen em 1978 (Yunus, 2006).

No Brasil, o microcrédito foi criado na década de 1990, no qual ganhou espaço e difusão, período em que as agências oficiais passaram a praticar tal modalidade financeira (BNDES, 2016).

Dada a trajetória e o crescimento do microcrédito no país, dentre as instituições financeiras que trabalham com tal modalidade, destaca-se o Banco do Nordeste, considerado referência sendo também, segundo a revista Anicer (2024), a maior instituição da América Latina voltada para o desenvolvimento regional atua como órgão executor de políticas públicas, principalmente por meio da operacionalização do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

Assim, a oportunidade de acesso ao crédito é algo crucial na sociedade contemporânea, tanto para os indivíduos que residem na zona rural quanto urbana, algo que permite gerar riqueza pessoal e contribuir para o crescimento do país. Desta maneira, o microcrédito se torna um elemento fundamental nas estratégias de desenvolvimento (Cárdenas; Oliveira, 2010).

Enfatiza-se que o microcrédito rural tem se mostrado uma ferramenta eficaz no combate à pobreza, especialmente em regiões onde os recursos são escassos

(Sobrinho, 2023). As comunidades rurais enfrentam dificuldades para obter os recursos necessários para sua subsistência, devido ao acesso limitado ao sistema financeiro. A falta de financiamento adequado pode impedir que agricultores e pequenos proprietários rurais realizem seu potencial. Logo, a expansão do acesso ao crédito rural e sua eficácia no enfrentamento ao desemprego e à pobreza ainda requerem esforços (Bezerra, 2023).

Destaca-se que autores como: Leandro (2009), Costa (2017), Valente Junior, Alves e Santos (2022) e Sobrinho (2023), trouxeram a análise do microcrédito para o contexto proposto deste trabalho. Para tanto, a presente pesquisa tem por problemática: **Quais são os impactos socioeconômicos do microcrédito oferecido pelo Programa Agroamigo (BNB) no estado da Paraíba?** Para isto, o objetivo geral deste estudo é identificar os impactos socioeconômicos do microcrédito oferecido pelo Programa Agroamigo (BNB).

Nesta perspectiva, pode-se considerar que a escolha deste tema se deve à sua relevância no contexto regional paraibano, visando compreender os efeitos socioeconômicos do microcrédito fornecido pelo programa Agroamigo. É reconhecida a importância dessa pesquisa para o desenvolvimento da Paraíba e a redução das disparidades sociais, uma vez que o microcrédito é reconhecido por sua eficácia na promoção da inclusão financeira e no estímulo ao empreendedorismo em comunidades que mais necessitam. Dada a importância da agricultura familiar na economia da Paraíba, compreender os impactos desse programa de microfinanças pode fornecer dicas importantes para melhorar as condições de vida da população rural e impulsionar o crescimento econômico sustentável.

Portanto, a investigação dos efeitos socioeconômicos do microcrédito oferecido pelo Agroamigo no estado da Paraíba é crucial para avaliar sua eficácia e identificar possíveis oportunidades de aprimoramento para maximizar seus benefícios para a comunidade. Além disso, o programa é reconhecido como um aliado importante para impulsionar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, fortalecer o mercado, facilitar o acesso a tecnologias e práticas inovadoras, e reduzir a exclusão financeira.

Por fim, o trabalho abordará além dessa introdução, o referencial teórico, a metodologia empregada, a apresentação dos resultados, as discussões dos achados da pesquisa e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Adiante serão discutidas as origens do microcrédito, em seguida, será detalhado o funcionamento do microcrédito no Brasil, o Programa Agroamigo do Banco do Nordeste do Brasil, analisando sua estrutura, objetivos e métodos de operação. Em complemento, será explorado o impacto do Agroamigo nos municípios da Paraíba, avaliando os benefícios e desafios enfrentados pelos beneficiários do programa. Por fim, serão discutidas as restrições e fatores determinantes que influenciam o acesso ao crédito rural, abrangendo aspectos econômicos, sociais e institucionais que afetam a disponibilidade e a utilização do crédito por parte dos produtores rurais.

2.1 Origens do Microcrédito

A trajetória do microcrédito começou com o Pastor Raiffeisen na Alemanha, em 1846, durante um inverno severo que intensificou as dificuldades para os agricultores da região. Raiffeisen estabeleceu o "grupo do pão", onde fornecia trigo aos fazendeiros, permitindo que eles comercializassem e quitassem suas dívidas com os lucros obtidos. Essa iniciativa se transformou em uma cooperativa de crédito, influenciando o desenvolvimento inicial do microcrédito, que busca promover a inclusão financeira e o avanço econômico das comunidades menos favorecidas, alinhando-se à visão de Raiffeisen (Brasil, 2024).

Muhammad Yunus também teve um papel significativo na história do microcrédito ao fundar o Banco Grameen em Bangladesh, oferecendo empréstimos sem juros a moradores locais, especialmente mulheres, permitindo que elas iniciassem seus próprios negócios e lutassem contra a pobreza. O êxito do Grameen Bank serviu de inspiração para iniciativas semelhantes ao redor do mundo, incluindo o Bank Rakyat na Indonésia, que se dedica ao microcrédito rural (Yunus, 2006).

No Brasil, até 1965, o crédito rural era gerido exclusivamente pelo Banco do Brasil, por meio da Creai (Carteira de Crédito Agrícola e Insutrial), criada em 1935.

Nos anos subsequentes, várias políticas foram implementadas para facilitar o acesso ao crédito rural, como a estabilização da economia com o Plano Real, a definição de taxas prefixadas e a criação de programas de reescalonamento de dívidas (Banco do Brasil, 2004).

Atualmente, a definição de microcrédito varia entre as diferentes abordagens de microfinanças. Enquanto a perspectiva liberal considera o microcrédito como uma ferramenta para geração de emprego e renda, facilitando a inclusão no mercado, também reconhece seu potencial para oferecer serviços financeiros adicionais a indivíduos de baixa renda, como a captação de poupança (Alves; Soares, 2002).

Essa narrativa ilustra como o microcrédito evoluiu de uma ideia inicial para um instrumento fundamental no combate à pobreza globalmente, refletindo diversas abordagens e impactos ao longo do tempo.

No cenário nacional, o microcrédito demonstrou ser uma atividade financeira eficaz, com baixa inadimplência e viabilidade, desde que adaptada às condições locais (Costa, 2010).

De acordo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Brasil foi um dos pioneiros na experimentação do microcrédito, iniciando em 1973 com a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) em Recife, focada em oferecer crédito e capacitação para pequenas organizações em Pernambuco e Bahia. Contudo, a UNO encerrou suas atividades em 1991 devido à falta de sustentabilidade financeira em suas políticas, apesar de seu sucesso técnico (BNDES, 2024).

Em 1995, a Comunidade Solidária, em colaboração com o IPEA, o Governo do Distrito Federal e a GTZ, desenvolveu os Sistemas Bancos do Povo, uma proposta que subsidiou o desenvolvimento futuro dos programas de microcrédito no Brasil, incluindo o atual Programa de Crédito Produtivo Popular do BNDES (Barone et. al, 2002).

Desde então, o microcrédito tem desempenhado um papel crucial no estímulo à economia e no aumento da renda nas áreas em que é aplicado. Medidas importantes foram implementadas para promover seu crescimento no Brasil, como a Lei 10.194/01 e a Resolução 2874/01 do CMN, que incentivam a participação da iniciativa privada no setor através das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, e a Lei 9.790/99, que reconhece o microcrédito como uma área

de atuação das OSCIPs (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) (Brasil, 2024).

Após o lançamento bem-sucedido do programa Crediamigo para microempreendedores urbanos em 2005, o Banco do Nordeste expandiu suas operações com o programa Agroamigo em áreas rurais, respondendo à necessidade premente de acesso a recursos financeiros e econômicos na região Nordeste. O FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) tem sido fundamental como fonte de financiamento para essas iniciativas, alinhado ao plano regional de desenvolvimento para reduzir as disparidades socioeconômicas regionais (BNB, 2024).

Essa evolução do microcrédito no Brasil destaca sua importância na promoção do desenvolvimento econômico inclusivo e na redução da pobreza, adaptando-se continuamente às necessidades e realidades locais.

2.2 O Programa Agroamigo do Banco do Nordeste do Brasil

De acordo com Banco do Nordeste do Brasil (2024), o programa de microcrédito rural Agroamigo, é projetado para atender às necessidades dos agricultores familiares. Seu principal objetivo é fornecer aos agricultores familiares suporte financeiro de forma rápida e ágil para que assim, possam investir em atividades produtivas ou comprar insumos e assim, melhorarem as suas condições de trabalho com celeridade.

O microcrédito orientado chegou às áreas rurais com a criação do programa Agroamigo em 2005. O programa possui atualmente mais de um milhão de clientes. Sua diferença reside nas taxas de juros que são concedidas, que chegam a ser as mais baixas que a instituição concede. Essa modalidade possui condições de crédito diferenciado, com juros de 0,5% ao ano e bônus de adimplência de 40% sobre as prestações pagas em dia; principal e juros (ENAP, 2005).

A Lei 11.326, foi sancionada em 2006, para estabelecer as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, passando a reconhecer a agricultura familiar como segmento produtivo, garantindo assim a institucionalização das políticas públicas voltadas para esse setor (BRASIL, 2020).

Segundo o Manual Operacional do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), os agricultores são classificados de acordo com sua renda, o que permite acesso ao crédito para a população de baixa renda. Podem ser categorizados como Agroamigo crescer, Agroamigo Mais e Pronaf V. Nesses grupos atendidos pelo Agroamigo estão incluídos todos aqueles que exploram uma parcela de terra, seja como proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, residindo em uma propriedade rural ou em um local próximo, e recebendo pelo menos 50% da renda familiar provenientes da exploração da propriedade rural (BRASIL, 2006).

O programa Agroamigo do BNB se destaca por oferecer um serviço personalizado aos clientes, com atendimento realizado diretamente no local de negócio, o que proporciona uma maior proximidade. Dependendo do porte do empreendimento e das necessidades do agricultor, o crédito pode ser aprovado rapidamente, com um limite de até R\$365.000,00. O prazo das operações é ajustado de acordo com a capacidade de pagamento do usuário, respeitando um máximo de 24 meses (BNB, 2024).

Dados fornecidos pelo BNB (2024) nos mostra os requisitos necessários para obter crédito no programa Agroamigo: para acessar os benefícios do Pronaf, é necessário atender a alguns requisitos específicos. O beneficiário deve ser maior de idade, sendo permitido, no caso do Pronaf Jovem, a partir de 16 anos. É fundamental estar em dia com a Justiça Eleitoral e não apresentar restrições cadastrais em órgãos como SPC, Serasa e Cadin. Também é exigido possuir uma DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ativa ou estar cadastrado no CAF-PRONAF (Cadastro da Agricultura Familiar). Além disso, é preciso apresentar uma cópia do documento de identificação e um documento que comprove a relação com a terra, exceto no caso de enquadramento no Pronaf B. Outra exigência é estar inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Para quem busca financiamento voltado à aquisição de animais, é obrigatório que os mesmos estejam com as vacinações e exames em dia, conforme o calendário e a espécie, além de possuir a GTA (Guia de Trânsito Animal).

Observando isso, no quadro 1 abaixo, observa-se os principais tipos de financiamentos oferecidos pelo Agroamigo, os quais são:

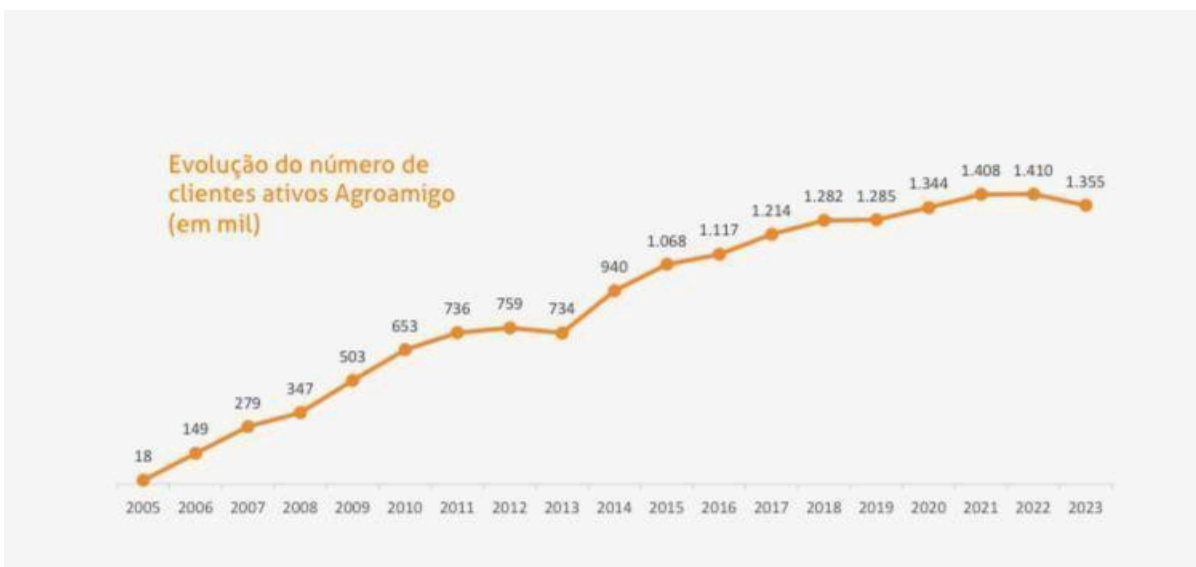
Quadro 1 - Tipos de financiamentos ofertados pelo Agroamigo.

Tipos de financiamento	Enquadramento	Valor do crédito	Taxa de juros	Bônus de adimplência
Agroamigo Crescer	Tipo B	É limitado a R\$10.000 para homens e R\$12.000,00 para mulheres	0,5% a.a	Bônus de 40% no valor da parcela
Agroamigo Mais	Tipo V	Este pode ser concedido de R\$100,00 até R\$365.000.	Pode variar entre 4% a.a para mulheres e 6% a.a para homens.	Dispensado
Agroamigo Sol, Net e Água	Tipo B ou V	Aqui, os participantes do grupo B têm um limite de financiamento de até R\$10.000 para homens e R\$12.000 para mulheres. No Agroamigo Sol, tanto os grupos B quanto V podem acessar valores que variam de R\$100 a R\$100.000 e para o grupo V, o limite máximo é de até R\$360.000 para ambos os sexos.	As mulheres, pertencentes aos grupos B ou V, podem obter juros de 4% ao ano para itens relacionados à pastagem e água, e 5% ao ano para a aquisição de imobilizados. Já os investimentos realizados por homens têm uma taxa de juros de 6% ao ano.	Dispensado

Fonte: Cartilha Plano Safra (2023/2024).

Portanto, por meio de sua estratégia diferenciada de taxas de juros e benefícios, conforme descrito anteriormente, o Agroamigo demonstra uma base sólida e um crescimento promissor. Isso é comprovado pela sua habilidade em atrair e manter uma carteira ativa de clientes como ver-se na figura 1. Que são essenciais para o funcionamento contínuo do programa no setor rural. A robustez do Agroamigo é evidente na eficácia do suporte financeiro oferecido aos agricultores, o que reforça sua posição no mercado e suas perspectivas futuras.

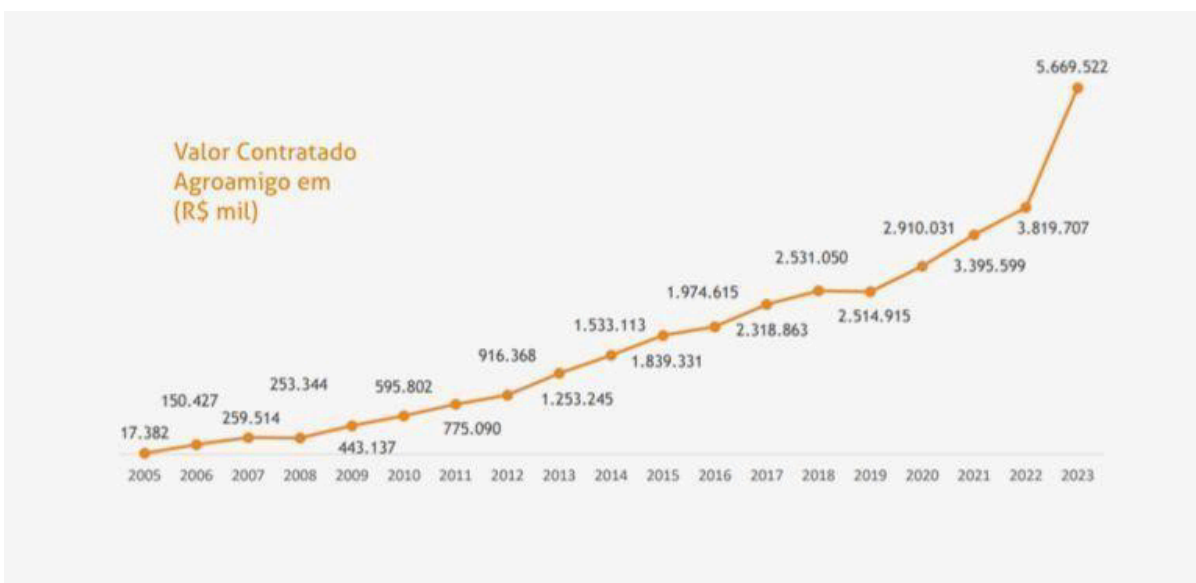
Figura 1 - Carteira de Clientes Ativos-2023.



Fonte: BNB (2023).

Como também, evidencia-se a importância do programa através dos seus valores contratados anualmente como mostra na figura 2. Pois, demonstra a capacidade de mobilizar recursos financeiros para apoiar as atividades agrícolas e melhorar as condições de vida dos beneficiários. Esse indicador é significativo para avaliar a eficácia e o alcance do programa.

Figura 2 - Quantitativo das contratações- 2023.



Fonte: BNB (2023).

Para tanto, os tipos de créditos apresentados vêm mostrando com frequência relevância e êxito. Sendo assim, exibindo resultado em seus valores contratados anualmente, que somam cerca de R\$5,6 bilhões, como mostra o último valor do gráfico da figura 2. E, conseguindo assim, manter um valor significativo no quantitativo de clientes ativos do programa.

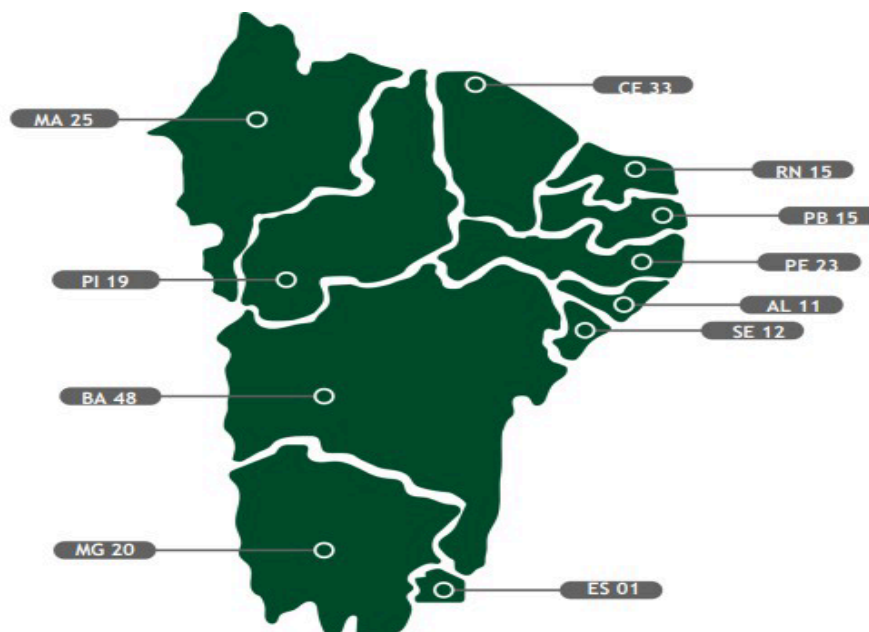
Valor esse, de um pouco mais de 1.335 milhões, como mostra a última evolução no quantitativo das contratações do ano de 2023 (figura 2). Demonstrado assim, quando comparado a anos anteriores, uma significativa melhoria nos resultados. Bem como, corroborando a eficácia da operação do programa. Esse crescimento sistemático pode ser observado na Figura 1 que mostra a evolução do número de clientes ativos do ano 2005 a 2023 e na Figura 2 os valores contratados anualmente.

2.3 O Impacto Rural do Agroamigo nos Municípios da Paraíba

Segundo Carmo (2005), o crédito caro atrapalha a vida do pequeno produtor, em virtude das altas taxas de juros. Com isso, veio a criação e posteriormente, a fusão da maior instituição de microcrédito no país. Conforme Lei Federal nº 1649, de 19.07.1952, o banco foi criado pelo governo federal, para atuar no chamado Polígono das Secas, área está marcada por prolongados períodos de seca, fazendo com que a empresa fosse então a responsável para atribuir uma prestação de assistência às populações dessa área, por meio da oferta de crédito (Anicer, 2024).

O Banco do Nordeste possui presença em aproximadamente 2 mil municípios e expandiu sua atuação para além dos estados do Nordeste, que incluem Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, abrangendo também parte de Minas Gerais e a região norte do Espírito Santo (Anicer, 2024). Dessa forma, a Figura 3 mostra as unidades de atendimento da região do Nordeste.

Figura 3 - Mapa com Unidades (pontos) de Atendimento.



Fonte: BNB (2024).

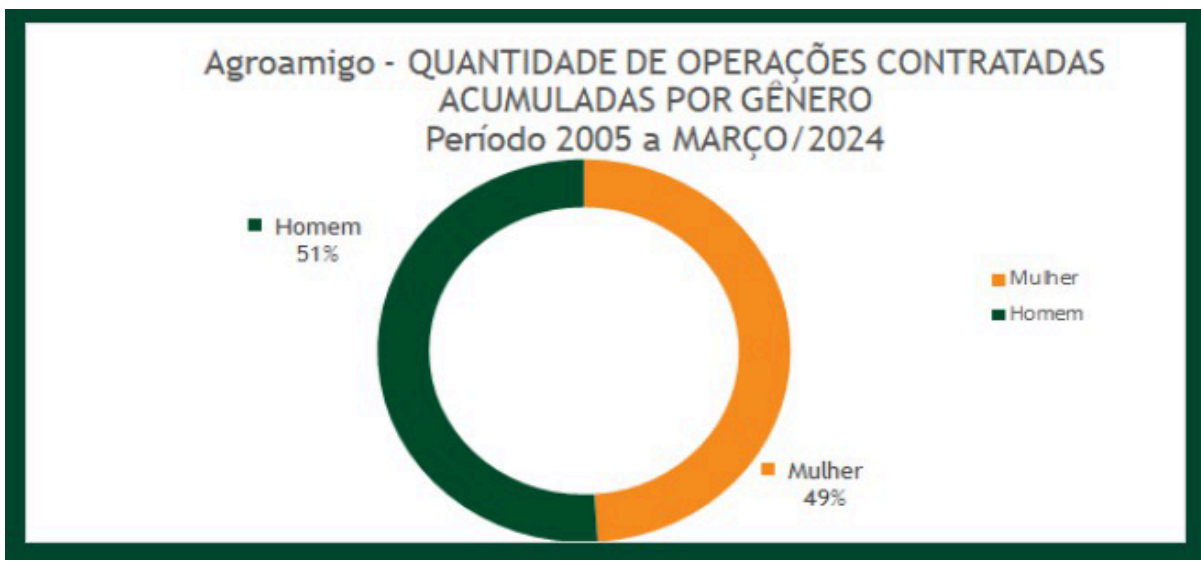
O Agroamigo diferenciou-se no ano de 2023, de acordo com o Plano Safra, o qual foi aportado um valor a mais para as mulheres; antes o crédito era de até 10 mil para homens e mulheres, e hoje, o aporte é 12 mil apenas para mulheres e o valor dos homens continuou o mesmo. Logo, o Agroamigo oferece de forma exclusiva, um quantitativo maior de crédito para mulheres.

Por exemplo, nesta modalidade, as mulheres têm uma margem a mais de acesso de R\$2.000,00 em comparação com os homens. Isso mostra quão importante é incluir mulheres nas atividades rurais nos dias de hoje, especialmente em situações em que as mulheres ainda são consideradas como um objeto de preconceito na agricultura. Segundo o Banco do Nordeste, uma de suas diretrizes de política de apoio à agricultura familiar é o apoio à equidade de gênero, com incentivo

à participação das mulheres em empreendimentos rurais (BNB, 2024).

Na Figura 4 pode-se ver a relação entre a quantidade de contratação por gêneros:

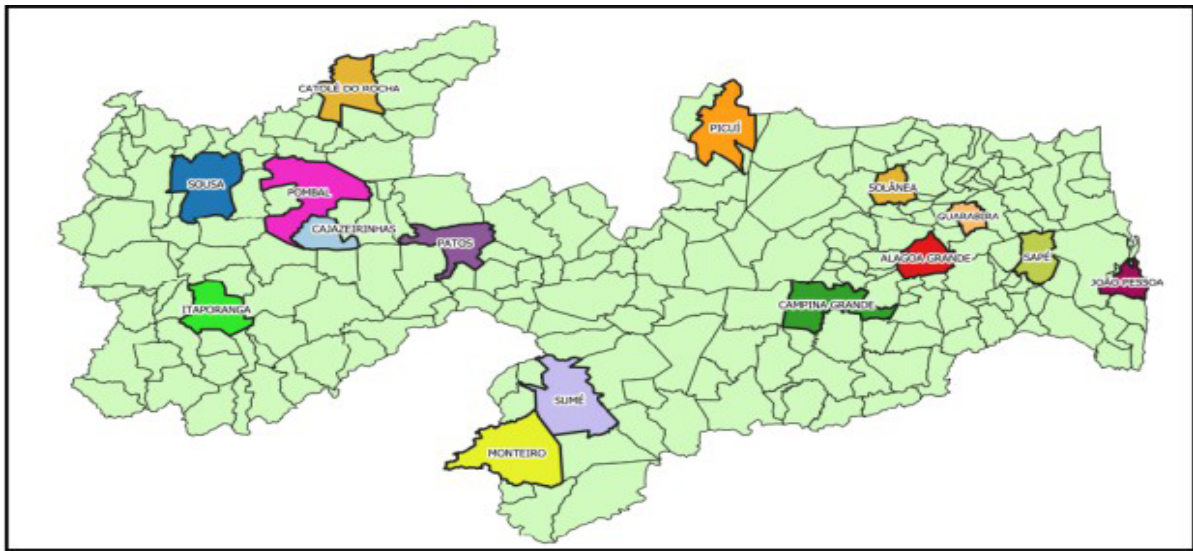
Figura 4 - Participação por gênero. Acumulado 2005 - 2019



Fonte: BNB (2024).

No Estado da Paraíba foram realizadas entre 2005 e 2019 o montante de 412.257 operações, os quais somam mais de R\$1.351 milhões (BNB, 2024). Atualmente, existem 15 pontos de atendimento, conforme a Figura 5 ilustra a localização das agências do BNB na Paraíba.

Figura 5 - Localização dos Pontos de atendimento do Agroamigo na PB.






Fonte: BNB (2024).

De acordo com o relatório de finanças do BNB, os programas de microfinanças do Banco do Nordeste geram impactos diretos e indiretos na realidade socioeconômica em cada região, como a geração de empregos, aumento na massa

salarial e incrementos na arrecadação tributária, no valor bruto da produção e no valor adicionado à economia, se tornando uma importante estratégia efetiva de desenvolvimento sustentável.

O programa Agroamigo é um dos que contribuem significativamente para os seguintes ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável), que representam um plano de ação global desenvolvido para eliminar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e promover sociedades pacíficas:

Quadro 2 - ODS e seus propósitos.

ODS	Propósitos
<p>1 - Erradicação da pobreza</p> 	<p>Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.</p>
<p>2 - Fome zero e agricultura sustentável</p> 	<p>Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p>
<p>5 - Igualdade de gênero</p> 	<p>Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.</p>
<p>6 - Água Potável e Saneamento</p> 	<p>Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.</p>
<p>7 - Energia Limpa e Acessível</p> 	<p>Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.</p>
<p>8 - Trabalho decente e crescimento econômico</p> 	<p>Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.</p>

<p>9 - Indústria, inovação e infraestrutura</p> 	<p>Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p>
<p>10 - Redução das desigualdades</p> 	<p>Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.</p>
<p>11 - Cidades e comunidades sustentáveis</p> 	<p>Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;</p>
<p>12 - Consumo e produção responsáveis</p> 	<p>Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.</p>
<p>17 – Parcerias e meios de implementação</p> 	<p>Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>

Fonte: Brasil (2024).

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, a maioria dos estabelecimentos rurais no Brasil, equivalente a 76,8%, são caracterizados como agricultura familiar, com índices ainda mais altos no Nordeste (79,2%) e na Paraíba (76,9%). Dos 163.218 estabelecimentos agropecuários localizados no estado, 26.384 receberam financiamento ou empréstimo (IBGE, 2017).

Dessa forma, o programa Agroamigo desempenha um papel fundamental para as famílias de baixa renda na zona rural da Paraíba, contribuindo significativamente tanto para a geração de receita quanto para o emprego no setor primário estadual, promovendo melhorias econômicas e sociais.

O crédito rural desempenha um papel essencial no desenvolvimento das áreas agrícolas e rurais, porém enfrenta diversas limitações que podem dificultar tanto o acesso quanto a aplicação desses recursos. O crédito rural é essencial para o desenvolvimento do setor agrícola, especialmente em um país como o Brasil, onde a agricultura desempenha um papel fundamental na economia. No entanto, diversos

fatores podem restringir esse acesso, influenciando diretamente a capacidade dos produtores rurais de obterem os recursos financeiros necessários para investimentos e custeio de suas atividades.

É fundamental que os produtores rurais estejam cientes desses desafios, que podem até mesmo impedir seu acesso ao crédito rural. De acordo com Machado, Neves e Mattos (2024), as regiões Norte e Nordeste do Brasil são particularmente impactadas por essas restrições, apesar de abrigarem maior parte dos agricultores familiares.

Os fatores econômicos são um dos principais determinantes no acesso ao crédito rural. A disponibilidade de recursos financeiros, as taxas de juros, a inflação e a política monetária são elementos que podem facilitar ou dificultar o acesso ao crédito. Segundo Machado, Neves e Mattos (2024), as flutuações na taxa de juros impactam diretamente a decisão dos agricultores de buscar financiamento, uma vez que juros elevados podem tornar o crédito inviável para pequenos e médios produtores.

A exigência de garantias reais é uma barreira significativa para muitos produtores rurais. Bancos e instituições financeiras geralmente requerem colaterais que pequenos agricultores muitas vezes não possuem. Em estudo conduzido por Machado, Neves e Mattos (2024), constatou-se que a falta de bens tangíveis para oferecer como garantia é um dos principais obstáculos enfrentados por produtores familiares na obtenção de crédito.

O risco de inadimplência é outro fator crítico que influencia a concessão de crédito rural. Instituições financeiras avaliam o risco associado a cada empréstimo, e produtores rurais são frequentemente vistos como de alto risco devido à imprevisibilidade do setor agrícola, que é suscetível a fatores climáticos e de mercado. Machado, Neves e Mattos (2024) destacam que a percepção de alto risco pode levar à restrição de crédito ou à aplicação de taxas de juros mais elevadas.

A falta de acesso à informação e capacitação técnica também restringe o acesso ao crédito rural. Muitos produtores rurais não possuem conhecimento suficiente sobre as modalidades de crédito disponíveis ou sobre os processos necessários para a obtenção de financiamento. De acordo com Machado, Neves e Mattos (2024) a capacitação técnica e a assistência contínua são fundamentais para que os agricultores possam se inserir no sistema de crédito de maneira eficiente.

A infraestrutura e a logística também são fatores determinantes no acesso ao crédito rural. Regiões com infraestrutura deficiente, como estradas precárias e falta de acesso à internet, enfrentam maiores dificuldades na obtenção de crédito. Machado, Neves e Mattos (2024) apontam que a melhoria da infraestrutura rural é essencial para que os produtores possam acessar os serviços financeiros de maneira mais eficaz e eficiente.

A relação entre produtores rurais e instituições financeiras é um aspecto crucial para o acesso ao crédito. Relações de confiança e histórico de crédito positivo podem facilitar o acesso a novas linhas de crédito. Machado, Neves e Mattos (2024) observam que a construção de um relacionamento de longo prazo entre produtores e bancos pode resultar em condições de crédito mais favoráveis e menos burocráticas.

A implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), mencionada pelos autores, foi direcionada especialmente para beneficiar agricultores familiares e pequenos empreendedores rurais, oferecendo-lhes condições financeiras mais acessíveis do que aquelas disponíveis no mercado tradicional.

Como resultado, essa iniciativa provocou mudanças significativas no cenário de financiamento agrícola no Brasil. Porém, para Jesus e Bacha (2018), embora o Pronaf contribua para o aumento da produção e da renda na agropecuária, ele não auxilia necessariamente para a queda da desigualdade entre os agricultores familiares. No entanto, a eficácia desses programas pode ser limitada por fatores como burocracia e falta de divulgação.

Segundo Machado, Neves e Mattos (2024), outra questão desafiadora para os agricultores é a incerteza da rentabilidade agrícola, que é impactada por condições climáticas adversas, como secas e enchentes, bem como as variações nos preços dos produtos agrícolas que resultam dessas condições. Além disso, as mudanças no fluxo de caixa também, as quais, são causadas pela oscilação das receitas dos agricultores ao longo do tempo tornando mais difícil o acesso ao crédito.

Em relação ao gênero, Araújo, Alencar e Vieira Filho (2020) observaram que os produtores do sexo masculino têm maiores chances de acesso ao crédito rural. Esse padrão pode refletir tanto questões culturais e sociais quanto práticas de mercado que favorecem historicamente os homens como principais tomadores de decisão nas atividades agrícolas. Além disso, políticas e programas de crédito rural

podem ser estruturados de forma a atender mais eficientemente às necessidades percebidas ou comunicadas pelos produtores do sexo masculino.

Por outro lado, Rocha Junior, Cassuce e Cirino (2017) identificaram que produtores familiares não brancos enfrentam uma menor probabilidade de acesso ao crédito rural. Essa disparidade pode estar relacionada a barreiras adicionais enfrentadas por grupos minoritários, como acesso desigual a recursos educacionais, redes de suporte financeiro e informações sobre programas de crédito rural.

Além disso, pode haver preconceitos implícitos ou explícitos nos processos de decisão dos financiadores que contribuem para essa disparidade. Logo, os estudos mencionados, destacam como diferentes características pessoais, como gênero e cor da pele, podem influenciar significativamente o acesso ao crédito rural por parte dos produtores.

O acesso ao crédito rural no Brasil é influenciado por uma combinação complexa de fatores econômicos, sociais e institucionais. A compreensão dessas restrições e determinantes é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que possam melhorar o acesso ao crédito e, conseqüentemente, promover o desenvolvimento sustentável do setor agrícola.

3 METODOLOGIA

A análise de dados deste estudo foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, com base em pesquisas bibliográficas que utilizaram dados não numéricos.

A pesquisa bibliográfica busca compreender padrões ou tendências ao analisar criticamente a literatura disponível sobre determinado tema, utilizando métodos estatísticos para quantificar informações encontradas. Segundo Flick (2009), esse tipo de abordagem é comum em estudos que visam sintetizar dados de várias fontes, permitindo uma visão mais objetiva sobre o estado da arte em uma área específica. A coleta e organização sistemática dos dados garantem a replicabilidade e a validade dos resultados obtidos.

Os dados foram coletados em fontes acadêmicas, com a plataforma Google Acadêmico, além de documentos específicos relacionados ao tema, como o Plano Safra dos anos 2023 e 2024 e o Caderno Gerencial AgroAmigo de dezembro de 2021, acessados diretamente no site da instituição BNB.

Para garantir a relevância e qualidade dos materiais analisados, foi estabelecido um processo de filtragem descrito no quadro 3, que incluiu a definição de códigos de busca específicos e o número total de artigos encontrados. Após essa triagem, foram selecionados apenas os artigos que abordavam diretamente a temática do estudo, e esses materiais constituíram a base para a análise e interpretação dos dados, permitindo uma compreensão detalhada dos fatores e resultados investigados.

Quadro 3 - Estratégia de busca no Google Acadêmico.

Palavras-chaves de busca	Base de dados	Nº geral de artigos encontrados	Nº final de artigos científicos
Crédito rural, microcrédito, agroamigo, banco do nordeste, agricultores, impactos socioeconômicos.	Google acadêmico	387	10

Fonte: Elaboração Própria (2024).

A análise dos dados deste estudo foi realizada utilizando o método qualitativo de análise de conteúdo, que se concentra na interpretação sistemática dos dados coletados. A análise de conteúdo, conforme Bardin (2006), é uma técnica que permite a interpretação sistemática e objetiva de mensagens textuais, identificando significados explícitos e latentes. Essa metodologia pode incluir tanto abordagens qualitativas quanto quantitativas, dependendo do objetivo da pesquisa. A aplicação de técnicas categorizadas, como a análise lexical ou categorial, é essencial para estruturar o material em categorias de significado, ajudando a inferir padrões e relações relevantes para a investigação científica.

Após a seleção dos artigos e documentos, foi realizada uma leitura detalhada para identificar temas, padrões e categorias relevantes para o tema do trabalho.

A análise de conteúdo permitiu classificar as informações em categorias temáticas, o que facilitou a compreensão das principais questões abordadas nos materiais consultados, como o impacto do microcrédito rural e o desenvolvimento agrário na região Nordeste. Esse método possibilitou a interpretação aprofundada dos dados, destacando os aspectos mais relevantes para o objetivo do estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, serão apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados, com o objetivo de responder às questões de pesquisa propostas. A análise foi conduzida por meio do método qualitativo de análise de conteúdo, permitindo a identificação de temas e padrões relevantes relacionados ao impacto do microcrédito rural oferecido pelo Programa Agroamigo. Serão abordados, de forma detalhada, os principais efeitos observados.

4.1 Análise dos Resultados

A seguir, no quadro 4, serão apresentados os estudos utilizados para análise, identificados pelo nome do autor, ano de publicação (do mais recente ao mais antigo), objetivo geral e os impactos causados pelo microcrédito rural ofertado pelo Programa AgroAmigo.

Quadro 4 - Estudos analisados.

Autor	Objetivo Geral	Impactos
Vasconcelos (2012)	Avaliar os impactos do Programa Agroamigo como política de desenvolvimento no Estado da Paraíba, focando nos empreendedores beneficiados. O estudo busca verificar se o programa contribui para melhorar a renda dos beneficiários e até que ponto ele promove mudanças significativas na qualidade de vida desses indivíduos.	Para o autor, apesar da condição de renda ter sofrido melhoria, segundo os usuários, esse ganho não foi suficiente para uma mudança de classe econômica e na qualidade de vida, conforme as demais variáveis pesquisadas (educação, saúde, lazer, aquisição de bens móveis e imóveis) que permaneceram entre inalteradas ou sofreram pequenas mudanças.
Duarte; Costa; Araujo (2017)	O objetivo desse trabalho é verificar se as operações de microcrédito podem influenciar na redução dos índices de pobreza no Nordeste brasileiro.	Os resultados corroboram, de um modo geral, aos achados da literatura para as variáveis tradicionalmente utilizadas. No caso do microcrédito, mostra-se que este pode influenciar na diminuição da pobreza na região.
Silva; Silva (2019)	Analisar a atuação do Agroamigo junto aos agricultores familiares do Pronaf B dos municípios que compõem a área de abrangência do Banco do Nordeste – Agência de Pau dos Ferros/ RN, no período de 2005 a 2015.	A partir dos resultados obtidos, pode-se concluir que houve aumento nas operações de crédito contratado do Pronaf B a partir do Agroamigo, o que sinaliza para importância dessa metodologia no acesso dos agricultores a programas governamentais de incentivo ao desenvolvimento rural, como o Pronaf.
Silva; Estevam; Silva (2020)	Analisar os impactos desse programa na agricultura familiar, a partir dos atendidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Agência de Pau dos Ferros/RN.	Com base na investigação realizada é possível afirmar que o Microcrédito Rural Pronaf (Grupo B) contribui com o fortalecimento da agricultura familiar na área de abrangência do BNB de Pau dos Ferros. Entretanto, é notório que o crédito rural em si, ainda não constitui-se como suficiente, visto os vários gargalos identificados como a falta ou ineficiência da assistência técnica, analfabetismo, dependência de programas

		sociais e a própria carência de associativismo.
Ribeiro (2020)	A caracterização dos contemplados pelo Agroamigo quanto ao perfil dos beneficiários e aplicação produtiva dos recursos no setor agrário no Nordeste.	O Programa Agroamigo está muito bem, pois mediante os dados analisados, observou-se o apoio do Programa no desenvolvimento do Nordeste, no fortalecimento do empreendedorismo feminino e no desenvolvimento de pessoas.
Guedes et.al (2021)	Avaliar o efeito do microcrédito rural sobre o valor da produção agropecuária dos municípios nordestinos atendidos pelo Programa Agroamigo, levando em consideração o volume concedido de empréstimos e o tempo de exposição aos beneficiários.	O presente estudo conseguiu identificar efeitos do Agroamigo mais expressivos no valor da produção pecuária a um maior tempo de exposição ao programa e um maior volume de recursos recebidos produzem um efeito positivo sobre o valor da produção agropecuária.
Arrais et. al (2021)	Contribuir com a formação de agricultores familiares, que residem no Vale do Jequitinhonha e estão enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), possuindo Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP) do tipo B e participam ativamente do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), para alcançarem a maximização do resultado econômico aliado à prática de promoção à saúde.	O relacionamento dos agricultores com o programa de microcrédito rural apresentou-se satisfatório; há uma tendência dos agricultores que realizam a renovação do financiamento serem investidos na continuidade de projetos, podendo ser apontado como um desempenho positivo do programa e do negócio rural.
Gomes, Miranda e Meneses (2023)	Analisar a literatura especializada, o volume de operações e o perfil do tomador do crédito, tudo isso remetendo ao interstício de 2007 a 2022.	Fora analisado que o Agroamigo possui uma grande capilaridade, custeando e investindo na agricultura familiar de todos os municípios paraibanos, especialmente, os mais pobres, em que as mulheres são as maiores tomadoras de crédito para as atividades agrícolas e as vulnerabilidades climáticas não são obstáculo para acessar esse recurso.

Bezerra (2023)	Analisar o efeito da política de crédito rural brasileira sobre a pobreza multidimensional dos produtores agropecuários.	Os resultados evidenciam que o tamanho do estabelecimento rural e o acesso a assistência técnica apresentaram efeitos positivos em todos os quantis analisados, apresentando considerável impacto nos diferenciais de pobreza multidimensional.
----------------	--	---

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os estudos mencionados estão focados na avaliação de programas de crédito rural no Brasil, especialmente o Programa Agroamigo, destinado a apoiar agricultores familiares e empreendedores rurais. Cada autor investiga diferentes aspectos desses programas, como seu impacto na redução da pobreza multidimensional, no desenvolvimento econômico, no perfil dos beneficiários e nos efeitos sobre a produção agropecuária.

O estudo de Bezerra (2023) traz uma análise do impacto da política de crédito rural brasileira sobre a pobreza multidimensional dos produtores agropecuários, mostrando que o tamanho dos estabelecimentos rurais e o acesso à assistência técnica tiveram efeitos positivos em todos os níveis avaliados. Esses fatores influenciaram significativamente a redução dos índices de pobreza multidimensional entre os produtores.

O estudo de Guedes et al. (2020) avaliou o impacto do microcrédito rural sobre o valor da produção agropecuária nos municípios nordestinos atendidos pelo Programa Agroamigo. Os resultados indicam que um maior tempo de exposição ao programa, juntamente com o aumento no volume de empréstimos concedidos, exerce um efeito positivo expressivo sobre o valor da produção, especialmente no setor pecuário.

Já o estudo de Gomes, Miranda e Menezes (2023) indicou, na análise da trajetória do Agroamigo no estado da Paraíba, que o Grupo B (Pronaf B e Pronaf B/Plano Safra Semiárido), apesar de possuir a menor renda, é o que possui o maior volume de recursos, evidenciando a vulnerabilidade socioeconômica do agricultor familiar paraibano. Ambos os estudos mostram a importância do Agroamigo tanto no contexto social quanto econômico para os empreendimentos rurais familiares e o desenvolvimento local.

Ribeiro (2020) aponta que o Programa Agroamigo tem se mostrado eficaz no apoio ao desenvolvimento da região Nordeste, especialmente no setor agrário. A

análise dos dados revela que o programa contribui significativamente para o fortalecimento do empreendedorismo feminino e para o desenvolvimento de pessoas na região, além de beneficiar diretamente seus contemplados com a aplicação produtiva dos recursos.

O artigo de Silva, Estevam e Silva (2020) analisa os impactos socioeconômicos do microcrédito oferecido pelo Programa Agroamigo, vinculado ao Pronaf (Grupo B) do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Os autores destacam que esse microcrédito tem contribuído significativamente para o fortalecimento da agricultura familiar, especialmente nas regiões semiáridas atendidas pela agência de Pau dos Ferros/RN. A principal forma de impacto observada é o aumento da produção e diversificação das atividades agrícolas e não agrícolas, resultando em melhoria da renda familiar.

Os agricultores entrevistados afirmaram que o crédito do Pronaf B foi principalmente direcionado para a bovinocultura, uma atividade tradicional na região, sendo esta vista como uma forma segura de investir o recurso. Além disso, alguns agricultores também investiram na construção de cercas e armazéns, e em atividades como a avicultura e suinocultura. Isso demonstra que o programa não apenas sustenta atividades agrícolas, mas também permite a diversificação das atividades produtivas, o que contribui para a segurança econômica das famílias.

Contudo, Silva, Estevam e Silva (2020) salientam que o impacto do programa é limitado por gargalos como a falta de assistência técnica, a pequena extensão territorial dos estabelecimentos agrícolas e as condições climáticas adversas do semiárido. Esses fatores dificultam o desenvolvimento pleno das atividades e, por vezes, restringem a capacidade dos agricultores de inovar ou melhorar significativamente sua produção. A burocracia também foi mencionada como um obstáculo para o acesso ao crédito, o que limita o alcance do programa.

Em resumo, o microcrédito rural do Agroamigo/Pronaf B tem um impacto positivo ao oferecer crédito a agricultores familiares pobres, promovendo a diversificação de suas atividades e aumentando sua renda. No entanto, Silva, Estevam e Silva (2020) observam que o sucesso do programa depende da superação de desafios estruturais, como a assistência técnica e a melhoria nas condições de acesso ao crédito.

A pesquisa de Vasconcelos (2012) com empreendedores rurais no Conde-PB, realizada por meio de assessores de crédito, indicou que a maior parte dos

entrevistados é do sexo feminino, sendo elas próprias as titulares do microcrédito. Constatou-se que a participação feminina nas atividades agrárias no município é intensa e efetiva, mas sem o devido reconhecimento de seu trabalho. Nesse sentido, o Agroamigo tem como meta proporcionar maiores benefícios às mulheres.

O estudo de Arrais et. al (2021) realizado com agricultores do Vale do Jequitinhonha analisa os impactos socioeconômicos e a promoção da saúde associados ao uso do microcrédito rural do programa Agroamigo. O principal impacto identificado é o aumento da sustentabilidade dos pequenos empreendimentos rurais.

A pesquisa conclui que o microcrédito contribuiu para a continuidade de projetos agrícolas e, ao mesmo tempo, promoveu melhorias na saúde dos agricultores, através de boas práticas incentivadas pelo programa. No entanto, a falta de escolaridade é um obstáculo para a maximização dos resultados econômicos e para a adoção de melhores práticas de saúde, evidenciando a necessidade de formação e acompanhamento mais intensivos.

Já o trabalho de Silva; Silva (2019) foca na atuação do Agroamigo em municípios atendidos pelo Banco do Nordeste, destacando a importância do programa na facilitação do acesso ao crédito pelos agricultores familiares do Pronaf B. O microcrédito é visto como uma ferramenta eficaz para promover o desenvolvimento rural e a inclusão produtiva de pequenos agricultores.

No entanto, Silva; Silva (2021) também apontam desafios, como a burocracia no acesso ao crédito e a ineficiência da assistência técnica oferecida. Além disso, a predominância de atividades produtivas incompatíveis com as condições climáticas da região (como a bovinocultura) representa um entrave para o pleno sucesso do programa.

Por fim, Duarte, Costa e Araujo (2017) realizaram uma análise com dados de 2005 a 2012, utilizando o número de clientes atendidos como variável principal. Eles concluíram que o programa Agroamigo tem contribuído para a redução dos níveis de pobreza, uma vez que o aumento de 1% no número de clientes atendidos está associado à redução de 0,034% na pobreza. Embora o impacto seja pequeno, isso demonstra que o programa tem sido eficaz em proporcionar inclusão financeira e apoio aos pequenos agricultores, garantindo-lhes meios de subsistência mais estáveis.

Adicionalmente, o artigo destaca que o microcrédito proporciona benefícios para a geração de renda e melhora na qualidade de vida dos beneficiários, sendo uma importante política pública para a democratização do acesso ao crédito no meio rural. No entanto, os autores ressaltam a necessidade de ações complementares, como o aumento da educação e a distribuição mais equitativa da renda, para maximizar os impactos sobre a redução da pobreza (Duarte; Costa; Araujo, 2019).

4.2 Discussão dos Resultados

Com base nos estudos mencionados, pode-se observar que o microcrédito rural, particularmente o programa Agroamigo, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico das regiões rurais do Brasil, especialmente no Nordeste.

Os diversos estudos apontam que o programa tem contribuído para a redução da pobreza, a inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar, ao proporcionar acesso ao crédito para agricultores que, de outra forma, estariam excluídos do sistema financeiro tradicional. Esse acesso ao crédito permite a diversificação das atividades produtivas e o aumento da renda familiar, como observado por Silva, Estevam e Silva (2020), que identificaram a bovinocultura como uma atividade chave para muitos agricultores beneficiados pelo Agroamigo, além da diversificação em avicultura e suinocultura.

Além disso, estudos como os de Bezerra (2023) e Guedes et al. (2020) destacam que fatores como o tamanho dos estabelecimentos e o acesso à assistência técnica influenciam positivamente a eficácia do programa. O tempo de exposição ao Agroamigo e o volume de empréstimos também se mostram determinantes para o aumento da produção agropecuária, principalmente no setor pecuário, contribuindo significativamente para a elevação do valor da produção nos municípios nordestinos atendidos. Apesar desses impactos positivos, desafios estruturais, como a burocracia para acessar o crédito e a falta de assistência técnica adequada, ainda limitam o potencial do programa.

O estudo de Duarte, Costa e Araujo (2019) confirma que o Agroamigo tem contribuído para a redução da pobreza, mas o impacto percentual é pequeno. Contudo, sua eficácia no oferecimento de inclusão financeira para pequenos agricultores é inegável, reforçando a importância de políticas de democratização do

crédito rural. A participação das mulheres no programa, conforme apontado por Vasconcelos (2012), também é um elemento importante, dado que o Agroamigo promove o empreendedorismo feminino no setor rural.

Por fim, é necessário ressaltar que, para maximizar os impactos do programa, é imperativo superar os gargalos identificados, como a necessidade de uma assistência técnica mais eficiente e uma melhor adequação das atividades produtivas às condições climáticas e territoriais. Além disso, ações complementares, como a melhoria da educação e uma distribuição de renda mais equitativa, são essenciais para que o programa atinja seu pleno potencial e contribua de maneira mais efetiva para a transformação social e econômica das regiões atendidas.

Os resultados apresentados indicam que o microcrédito oferecido pelo Programa Agroamigo (BNB) gera impactos socioeconômicos relevantes. O programa contribui para a redução da pobreza no Nordeste e, por consequência, no estado da Paraíba, embora o impacto percentual seja considerado modesto, conforme apontado por Duarte, Costa e Araujo (2019).

Ainda assim, a inclusão financeira e produtiva dos agricultores familiares representa um avanço importante na democratização do acesso ao crédito rural, combatendo a exclusão financeira. Além disso, o Agroamigo tem possibilitado a diversificação das atividades produtivas, com destaque para a bovinocultura, avicultura e suinocultura, segundo Silva, Estevam e Silva (2020). Essa diversificação é essencial para aumentar a resiliência econômica dos agricultores paraibanos e proporcionar maior segurança financeira por meio de múltiplas fontes de renda.

Outro ponto relevante é que o impacto positivo do programa é potencializado quando os agricultores têm acesso à assistência técnica, como evidenciado por Bezerra (2023) e Guedes et al. (2020). Esse fator é especialmente importante no contexto paraibano, onde as condições climáticas e estruturais exigem práticas agrícolas adaptadas para garantir a sustentabilidade das atividades produtivas.

Além disso, o tempo de permanência no programa e o volume de crédito recebido se mostram determinantes para o aumento da produção agropecuária, indicando que os benefícios são mais significativos quando há continuidade no acesso ao microcrédito. No entanto, os estudos também evidenciam desafios estruturais que limitam o potencial do programa, como a burocracia e a assistência técnica insuficiente. Na Paraíba, superar esses obstáculos é fundamental para

ampliar a eficácia do Agroamigo, sobretudo nas regiões mais vulneráveis, onde a adaptação das atividades às condições locais é indispensável.

A promoção do empreendedorismo feminino é outro aspecto destacado. Conforme Vasconcelos (2012), a participação das mulheres no Agroamigo é uma dimensão importante, pois fortalece sua autonomia financeira e contribui para a dinamização das dinâmicas sociais e econômicas no meio rural. Essa inclusão é essencial para transformar a realidade das mulheres agricultoras na Paraíba, gerando impactos positivos tanto no âmbito familiar quanto comunitário. Por fim, os estudos sugerem que, além do crédito, ações complementares, como a melhoria na educação e maior equidade na distribuição de renda, são necessárias para maximizar os impactos do programa. No contexto paraibano, essas medidas são estratégicas para promover uma transformação socioeconômica mais profunda e sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no objetivo da pesquisa, que foi identificar os impactos socioeconômicos gerados pelo microcrédito oferecido pelo Programa Agroamigo (BNB) no estado da Paraíba. Com base nos resultados e discussões apresentadas, observou-se que o microcrédito do Programa Agroamigo pode gerar impactos socioeconômicos relevantes, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das regiões atendidas. O acesso ao crédito tem promovido mudanças positivas no perfil dos beneficiários, favorecendo a inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar.

A pesquisa se baseou em dados coletados de fontes acadêmicas confiáveis, como a plataforma Google Acadêmico, além de documentos específicos, como o Plano Safra de 2023 e 2024 e o Caderno Gerencial AgroAmigo de dezembro de 2021, acessados diretamente no site do Banco do Nordeste (BNB). Essa análise permitiu compreender como o microcrédito tem impactado diretamente o desenvolvimento regional no estado da Paraíba.

Assim, pode-se observar que o Programa Agroamigo tem gerado impactos positivos no desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais, as quais inclui a Paraíba. Embora existam desafios a serem superados, as evidências mostram que o microcrédito promove inclusão produtiva, redução da pobreza e diversificação da

renda, respondendo de forma eficaz ao problema de pesquisa e demonstrando que o acesso ao crédito é essencial para melhorar as condições de vida e garantir a sustentabilidade econômica dos agricultores no estado.

Não obstante, percebe-se que existem limitações que impedem o pleno potencial dos programas, mas que as evidências indicam que o microcrédito promove inclusão produtiva, redução da pobreza e diversificação da renda. Assim, pode-se também visualizar que os resultados apontados nesta pesquisa, demonstram que o microcrédito rural é um fator essencial na melhoria das condições de vida e na sustentabilidade econômica dos agricultores no estado da Paraíba.

A pesquisa apresenta algumas limitações que devem ser consideradas. Entre elas, destacam-se a dificuldade de acesso a dados abrangentes e atualizados, bem como a variabilidade dos contextos socioeconômicos locais, que podem impactar os resultados. Além disso, a análise dos impactos do microcrédito depende de múltiplos fatores externos, como políticas públicas e condições climáticas, que influenciam diretamente o desempenho dos agricultores. Tais desafios indicam que, apesar dos efeitos positivos identificados, há uma margem para aprimorar a execução e monitoramento do Programa Agroamigo para que ele alcance seu pleno potencial.

Para expandir a discussão sobre o impacto social do microcrédito, futuras pesquisas poderiam explorar comparações entre diferentes regiões e tipos de crédito rural, analisando como variáveis contextuais afetam os resultados. Também é relevante investigar o impacto de longo prazo na sustentabilidade econômica e social das famílias beneficiadas, além de incluir estudos qualitativos que aprofundem a percepção dos beneficiários sobre o acesso ao crédito. Tais investigações podem contribuir para a elaboração de estratégias mais direcionadas e eficazes, promovendo a inclusão produtiva e o desenvolvimento rural de forma mais abrangente.

REFERÊNCIAS

AGROAMIGO. Brasília: ENAP, 2021. Disponível em:
<<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/272/1/102%20-%20AGROAMIGO.pdf>>.
Acesso em: 22 jun. 2024.

ALVES, Sérgio Darci da Silva; SOARES, Marden M. Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central. Brasília: Banco Central do Brasil, 2002.

ARAÚJO, José Aldemir; ALENCAR, Maria Olívia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Crédito Rural e Agricultura Familiar no Brasil: uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, 25, 2009-2034, 2020.

ANICER. **BNB é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina.** Revista Anicer, 2024. Disponível em:
<https://revista.anicer.com.br/bnb-e-o-maior-banco-de-desenvolvimento-regional-da-america-latina/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

ARRAIS, Sayonara Chagas da Silva et. al. Impactos socioeconômicos e promoção da saúde: o que nos dizem os agricultores familiares do Vale do Jequitinhonha que participam do programa de microcrédito AgroAmigo. **Rev. Econ. NE**, v. 52, n. 4, p. 208-221, 2021.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **História.** Disponível em:
<https://www.bnb.gov.br/institucional/historia>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL (BNB). **Desenvolvimento Regional.** Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/desenvolvimento-regional>. Acesso em: 05 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Microcrédito: aspectos históricos.** Disponível em:
<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/trabalhador/empreendedorismo/pnmpo/microcredito-aspectos-historicos>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Programa BNDES de microcrédito.** Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/microcredito/bndes-microcredito>. Acesso em: 17 abr. 2024.

BEZERRA, Flávia Alessandra Barbosa. **Efeito do crédito rural sobre a pobreza multidimensional no Brasil rural.** 2023. 57.p Dissertação (Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

BRASIL. **Relatório síntese dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).** Brasília: ODS Brasil, 2023. Disponível em:
<<https://odsbrasil.gov.br/relatorio/sintese>>. Acesso em: 22 jun. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CÁRDENAS, Andrea del Carmen Patiño; OLIVEIRA, Gilson Batista. Microcrédito e desenvolvimento: Um panorama do caso brasileiro. **Revista da FAE**, v. 13, n. 1, p. 29-46, 2010.

COSTA, Ruan Rodrigo Araújo da. A relação entre o desempenho e a forma legal das instituições de microcrédito. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 28, p. 377-389, 2017.

DO BRASIL, Banco; DE AGRONEGÓCIOS, Diretoria. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, v. 13, n. 4, p. 11-12, 2004.

DUARTE, Silvia Patrícia da Silva; COSTA, Edward Martins; ARAUJO, Jair Andrade. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no nordeste brasileiro: Uma avaliação a partir do programa Agroamigo. **Revista Espacios**, v. 38, p. 6, 2017.

DA COSTA, Fernando Nogueira. Microcrédito no Brasil. **Texto para Discussão. IE/UNICAMP**, n. 175, 2010.

Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). **Agroamigo: um modelo de microcrédito rural para a agricultura familiar**. Brasília: ENAP. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/272/1/102%20-%20AGROAMIGO.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCISCO, Marcelo Barone et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2002. v. 202. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/outras_pub_alfa/microcredito.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

GUEDES, Isabela Assis; ALMEIDA, Aléssio Tony Cavalcanti; SIQUEIRA, Liedje Bettizaide Oliveira. Efeitos do microcrédito rural sobre a produção agropecuária na região Nordeste: evidências do Programa Agroamigo. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 59(1): e210774, 2021.

GOMES, Ramonildes Alves; MIRANDA, Roberto de Sousa; MENESES, Valdênio Freitas. Agricultura familiar e desenvolvimento na Paraíba: o Agroamigo como ator social. **Rev. Econ. NE**, v. 54, p. 147-162, 2023.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 22 jun. 2024.

JESUS, João Gabriel; BACHA, Carlos José Caetano. Programas de inclusão produtiva e rendimento na agricultura brasileira: o caso dos trabalhadores por conta própria. **Revista Econômica do Nordeste**, 49(2), 97-111, 2018.

LEANDRO, Charles Diniz. **Os bancos comunitários e o empoderamento dos clientes? Avaliação da experiência do Crediamigo do Banco do Nordeste.** 2009. 129f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas), Universidade Federal do Ceará, 2009.

MACHADO, Bruno de Souza; NEVES, Mateus de Carvalho Reis; MATTOS, Leonardo Bornacki de. **Determinantes do acesso a programas de financiamento de crédito rural no Brasil: uma análise a partir da PNAD 2014.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 55, n. 2, p. 27-46, abr./jun. 2024.

RIBEIRO, Thierenderson Barauna. **Agroamigo: uma análise de atividades no setor agrário.** 2020. Disponível em:
file:///C:/Users/thayn/Desktop/Agroamigo-uma%20an%C3%A1lise%20de%20atividades%20no%20setor%20agr%C3%A1rio%20-%20Thierenderson%20Barauna%20Ribeiro.pdf. Acesso em: 22 jun. 2024.

ROCHA JÚNIOR, Ademar Braga; CASSUCE, Francisco César Carneiro; CIRINO, José Francisco. Determinantes do uso do crédito rural do Pronaf em 2014. **Revista de Política Agrícola**, 26(2), 100-114, 2017.

SILVA, Alcimária Fernandes; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. A atuação do AgroAmigo juntos aos agricultores familiares do grupo B do Pronaf na área de abrangência do Banco do Nordeste- Agência de Pau dos Ferros (RN). **Rev. Econ. NE**, v. 50, n. 3, p. 125-142, 2019.

SILVA, Alcimária Fernandes; ESTEVAM, Stênio Maia; SILVA, Cícero Nilton Moreira da. Agricultura Familiar e o crédito rural Pronaf (grupo B) na área de abrangência do Banco do Nordeste- Agência de Pau dos Ferros (RN). **Revista Caminhos da Geografia**, v. 21, n. 73, p. 24-39, 2020.

SOBRINHO, Sergiorlando Santa Cruz da Silva. **O impacto socioeconômico do microcrédito ofertado pelo Crediamigo no estado da Paraíba.** 47f. (Trabalho de Conclusão de Curso), Curso de Bacharel em Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, 2023.

VALENTE JUNIOR, Airton Saboya; ALVES, Maria Odete; SANTOS, Camila Ribeiro Cardoso dos. **Banco do Nordeste do Brasil: 70 anos de contribuição para o desenvolvimento regional.** Banco do Nordeste do Brasil, 2022.

VASCONCELOS, Bruno Cavalcante de. **O programa Agroamigo do BNB: visão dos usuários do município do Conde- PB.** 67f. (Trabalho de Conclusão de Curso), Especialização em Gestão da Organização Pública, Universidade Estadual da Paraíba, 2012.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2006.